



**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
– REGULA ITA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de Itapevi – REGULA ITA, autarquia municipal, foi instituída pela Lei Complementar Municipal nº 139/2021, com sede na Rua Agostinho Ferreira Campos, nº 752, Vila Nova, no Município de Itapevi/SP.

Nos termos do art. 2º da referida lei, a entidade tem por finalidade regular e fiscalizar, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os serviços públicos delegados, compreendendo:

I – saneamento, água e esgoto;

II – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

III – transporte coletivo de passageiros;

IV – estacionamento rotativo em vias públicas;

V – pátio de veículos;

VI – outros serviços públicos delegados atribuídos por decisão do Poder Executivo (conforme Lei Complementar nº 227/2025).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referem-se ao exercício financeiro de **01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025**, e foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Foram apresentados os seguintes demonstrativos:

- Anexo 12 – Balanço Orçamentário
- Anexo 13 – Balanço Financeiro
- Anexo 14 – Balanço Patrimonial
- Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais
- Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário é uma demonstração contábil do setor público que confronta as receitas previstas com as realizadas e as despesas fixadas com as executadas (empenhadas) durante o exercício financeiro.

A previsão inicial da receita para o exercício de 2025 foi fixada em **R\$ 2.737.000,00**.

Destaca-se que a previsão de arrecadação própria da autarquia era de **R\$ 737.000,00**, sendo a diferença suportada por meio de transferências financeiras do Poder Executivo, caso necessário.

A receita efetivamente arrecadada no exercício totalizou **R\$ 618.301,94**, oriunda, majoritariamente, da taxa de fiscalização equivalente a 1% da receita da concessionária **Mais Itapevi SPE**, verificando-se frustração de arrecadação em relação à previsão inicial. Tal variação decorre da ausência de reajustes contratuais referentes aos exercícios de 2024 e 2025.



As receitas patrimoniais apresentaram desempenho superior ao previsto, passando de uma estimativa inicial de **R\$ 60.000,00** para o montante realizado de **R\$ 90.587,96**, em razão dos rendimentos de aplicações financeiras.

No tocante às despesas, onde a despesa fixada inicial, também foi de **R\$ 2.737.000,00**, apresentando um perfeito equilíbrio fiscal, ocorreram abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento inicial da ordem de R\$ 601.000,00, com recursos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2024, elevando a fixação da despesa para **R\$ 3.338.000,00**.

Observamos que ocorreu o empenhamento de despesas no montante de **R\$ 1.048.364,26**, sendo que **R\$ 991.129,91** disso, foram liquidadas e pagas ao longo do exercício.

O resultado da execução orçamentária do exercício 2025 foi deficitário em **R\$ 430.062,32**, contudo devidamente amparado pelo resultado financeiro do exercício 2024.

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13

O Balanço Financeiro no setor público é uma demonstração contábil que evidencia a movimentação real de caixa e equivalentes, registrando as receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, além dos saldos financeiros do exercício.

O Balanço Financeiro evidencia que o saldo em caixa ao final do exercício de 2024 era de **R\$ 1.015.624,99**, passando para **R\$ 601.666,13** em 2025.

A redução do saldo financeiro decorre, principalmente, da ausência de transferências financeiras por parte do Poder Executivo Municipal, sendo o exercício mantido com recursos próprios disponíveis.

5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial no setor público é uma demonstração contábil estática que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial de um ente federativo em uma determinada data.

No Balanço Patrimonial, observa-se uma diminuição significativa no ativo circulante, considerando, como já exposto acima no Balanço Orçamentário, da ausência de transferências financeiras por parte do Poder Executivo Municipal, e aumento no ativo não circulante em função da aquisição de bens permanentes, notadamente equipamentos de informática, bem como o reconhecimento da depreciação patrimonial, conforme normas contábeis aplicáveis.

A autarquia não possui obrigações de longo prazo registradas no passivo não circulante.

Dado a baixa das disponibilidades, o patrimônio líquido apresentou redução, passando de **R\$ 956.772,14 em 2024** para **R\$ 585.487,59 em 2025**.

Nos atos potenciais passivos, registra-se o valor de **R\$ 2.640,00**, referente a contrato de prestação de serviços de manutenção do sítio eletrônico institucional.

6. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) no setor público é um demonstrativo contábil que evidencia as alterações quantitativas (aumento ou diminuição) e qualitativas no patrimônio líquido de um ente. Ela confronta Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA - receitas) e Diminutivas (VPD - despesas) para apurar o resultado patrimonial.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia movimentações relevantes, destacando-se:

- O montante de **R\$ 152.195,88** referente a transferências intragovernamentais relacionadas ao ressarcimento de despesas com pessoal cedido;

- O aumento das despesas com pessoal, que passaram de **R\$ 375.097,73 em 2024** para **R\$ 628.070,15 em 2025**, em razão da ampliação do quadro funcional ocorrida a partir de agosto de 2024 e sua manutenção ao longo de todo o exercício de 2025.

O exercício 2025 encerrou-se com um resultado patrimonial negativo da ordem de **R\$ 371.284,55** considerando, como já exposto acima no Balanço Orçamentário, da ausência de transferências financeiras por parte do Poder Executivo Municipal,

7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ANEXO 18

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no setor público evidencia as entradas e saídas de dinheiro (caixa e equivalentes) de um órgão público durante um período

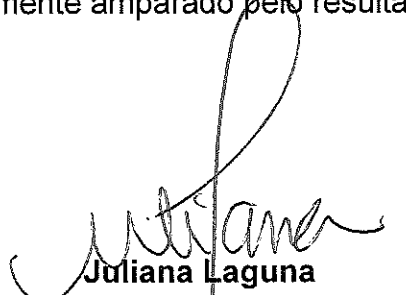
A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia:

- Investimentos no valor de **R\$ 9.480,00** no exercício de 2025, referentes à aquisição de equipamentos de informática, não havendo movimentação semelhante em 2024, uma vez que a última aquisição ocorreu em 2023;
- Redução nas receitas operacionais, que passaram de **R\$ 713.837,75 em 2024** para **R\$ 618.301,94 em 2025**, impactando diretamente o saldo de caixa;
- Redução do saldo inicial e final de caixa, de **R\$ 1.015.624,99** para **R\$ 601.666,13**;
- Regularização, a partir de 2024, dos ressarcimentos referentes ao pessoal cedido, sendo que no exercício de 2025 tais transferências ocorreram de forma contínua e mensal, conforme competência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da REGULA ITA no exercício de 2025, evidenciando equilíbrio

na execução das despesas, porém com impacto negativo no resultado patrimonial, decorrente, sobretudo, da frustração de receitas e da ausência de transferências financeiras do Poder Executivo, contudo o equilíbrio fiscal continua mantido, devidamente amparado pelo resultado financeiro do exercício 2024.


Juliana Laguna
Técnica Contábil Pública II
CRC-1SP345150


Fabio das Virgens Junior
SUPERINTENDENTE

Agência Reguladora de Serviços Públicos de Itapevi – REGULA ITA